

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
Programa de Pós-graduação em Artes
Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas

Cristiane Muniz Mendes

**A IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ARTES NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Belo Horizonte

2025

Cristiane Muniz Mendes

**A IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ARTES NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia de especialização em formato de artigo científico apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes - PPG-Arte, do Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas - CEEAV, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

Orientador(a): Me. André Luiz Ferreira de Oliveira

Belo Horizonte

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

NOME: **CRISTIANE MUNIZ MENDES, Nº. DE REGISTRO: 2023734457**

TRABALHO FINAL: **“A IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ARTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”.**

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV, do Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes, da Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

APROVADO em 06 agosto de 2025, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Me. André Luiz Ferreira de Oliveira (Orientador/ CEEAV/ PPG Artes/ EBA/ UFMG)

Profa. Ma. Andry Marcia Lopes (Membro da Banca Examinadora/ CEEAV/ PPG Artes/ EBA/ UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Ferreira de Oliveira, Usuário Externo**, em 11/08/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andry Marcia Lopes, Usuária Externa**, em 19/08/2025, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4442872 e o código CRC 7B8893F0.

Dedico este trabalho a Deus, que é o maior artista do universo. Aos meus queridos, esposo e filho que, ao longo do Curso, participaram do meu aprendizado em Artes Visuais.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, meu maior amor, aos meus amados, marido e filho, que estiveram comigo durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Gratidão a toda equipe pedagógica deste programa de pós-graduação, que me apresentou as Artes como experimentação, reflexão crítica e apreciação estética. São eles, os professores Arthur Luiz, Daniele de Sá, Fernanda Kelly, Gilbert Daniel, Glenda Máira, Jussara Vitória e Sandro Ká, e meu orientador, André Luiz Ferreira de Oliveira, que muito me ajudou com sua experiência e dedicação.

“A ciência descreve as coisas como são; a arte, como são sentidas, como se sente que são”.

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente artigo defende a qualificação de professores para lecionar a disciplina de artes nos anos iniciais do ensino fundamental, sua importância no ensino das diversas formas de expressão, como artes visuais, dança, música e teatro, que promova a construção do conhecimento, pautado na abordagem triangular da educadora Ana Mae Barbosa, que se refere ao fazer artístico, leitura de obras de arte e contextualização. Reflete-se sobre a necessidade da formação continuada, para atuar de forma eficaz, em sala de aula. Cita-se a história e legislação da arte e o problema da mercantilização da educação e seus prejuízos. Descreve um relato de experiência, em uma escola estadual na cidade de Ponte Nova em Minas Gerais, com docentes que atuam, sem materiais específicos e espaços próprios, na realização de práticas pedagógicas artísticas, essenciais para o exercício da sua regência.

Palavras-chave: Ensino da arte; Anos iniciais; Formação de professores; Relato de experiência.

ABSTRACT

This article advocates for the qualification of teachers to teach arts in the early years of elementary school, and its importance in teaching various forms of expression, such as visual arts, dance, music, and theater, which promotes the construction of knowledge. Based on educator Ana Mae Barbosa's triangular approach, which refers to artistic creation, the reading of works of art, and contextualization, it reflects on the need for continuing education to work effectively in the classroom. It addresses the history and legislation of art and the problem of the commodification of education and its detrimental effects. It describes an experience report at a state school in the city of Ponte Nova, Minas Gerais, with teachers working without specific materials or dedicated spaces to carry out artistic pedagogical practices, essential for their teaching.

Keywords: Art teaching; Early years; Teacher training; Experience report.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ARTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	10
2.1	História e Legislação	11
2.2	Formação continuada e mercantilização	16
3	RELATO DE EXPERIÊNCIA	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de demonstrar as contradições e problemas recorrentes em sala de aula, devido à falta de habilitação dos professores regentes que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental, onde a qualificação em um curso de artes não é um requisito obrigatório. Isto configura um prejuízo educacional para os alunos, que sem um professor habilitado, não desenvolvem a integralidade da aprendizagem. Constitui um prejuízo para a comunidade escolar que, sem informação, compreende a aula de artes como brincadeiras, atividades para colorir e decoração de ambientes, prejuízo também para a disciplina de Artes que deixa seguir sem a devida valorização, fora do seu campo de conhecimento e especificidades próprias, muitas vezes é dado desenhos para colorir, o que negligencia outras formas de expressão como, música, dança e teatro, sendo um campo amplo e diversificado, que permite ao ser humano expressar sua criatividade, emoções e visões de mundo de diversas maneiras.

O artigo segue levantando a necessidade de resgate da disciplina de artes para o contexto escolar, devolvendo-lhe seu lugar de direito e adoção de práticas pedagógicas que permitam que o aluno se desenvolva e expresse suas potencialidades na construção do conhecimento. O aluno dos anos iniciais tende a gostar das aulas de artes, pois elas podem ser lúdicas e provocativas quanto à curiosidade natural da criança.

Ao participar de atividades artísticas, os alunos aprendem a se expressar, a valorizar sua cultura e de outros, desenvolvendo um senso crítico, o que reforça as orientações da Base Nacional Comum Curricular que, em seus componentes, definem aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, em cada etapa, nas quatro linguagens da arte: artes visuais, dança, música e teatro.

A pesquisa dialoga com diferentes autores e seus estudos, com Maria das Mercês Sampaio que cita o problema da precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares, sendo fundamental que medidas sejam tomadas para valorizar o trabalho docente, melhorar suas condições de trabalho e garantir que os professores tenham tempo, recursos e condições para desenvolver práticas curriculares inovadoras e eficazes.

É citado Dermeval Saviani, que discorre sobre o problema das contradições e defasagens das leis que regem a educação e sua a dificuldade de implementação de políticas, a falta de recursos e a necessidade de atualização constante para acompanhar as mudanças sociais. crítica à legislação que permite professores atuarem na docência dos anos iniciais do

ensino fundamental, sem a formação específica em artes, prática totalmente inadequada, pois a formação específica em artes é considerada essencial para que o professor possa desenvolver um trabalho pedagógico eficaz nessa área prática, compromete a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos alunos.

Na formação continuada é citada Ana Mae Barbosa, com suas Inquietações e mudanças no Ensino de Arte, onde vê a necessidade de estímulo dos professores e do curso de formação continuada, que permite que os educadores se mantenham atualizados com as demandas do contexto educacional. Com seus estudos sobre a imagem no ensino da arte e sua proposta do aprendizado integral dos alunos de várias faixas etárias, com foco na capacidade de compreender, analisar e interpretar obras de arte e entender o papel da arte na sociedade.

Sobre o processo da mercantilização, dialoga com estudos da Sonia Murrach sobre neoliberalismo e educação, um processo que transforma a educação em mercadoria, a ser consumida, que traz consequências negativas para a prática pedagógica, com a desvalorização do trabalho docente e a falta de investimento em infraestrutura adequada. A pesquisa cita sobre o consumo de materiais padronizados, como o livro escolar, que podem vir com conteúdos rígidos e inflexíveis, o que dificulta a adaptação dos alunos às suas necessidades individuais e às características únicas de cada ambiente escolar. A escolha dos materiais segue sem a participação dos professores, o que compromete a adequação e adaptação ao contexto escolar e as necessidades dos alunos.

A pesquisa acrescenta um relato de experiência, de uma professora regente, licenciada em pedagogia, lecionando nos 4ºano em uma escola estadual na cidade de Ponte Nova em Minas Gerais, onde descreve o trabalho de professoras, que sem a graduação em artes, objetiva compartilhar aprendizados, conhecimentos de atuação em sala de aula, evidenciando as dificuldades enfrentadas por professores de artes nos anos iniciais, que refletem problemas representativos de uma realidade mais ampla, afetando igualmente outros docentes e escolas em todo o Brasil.

2 IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ARTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Conforme BNCC (Brasil, 2017, p. 195), “o componente curricular da Arte está centrado nas Artes visuais, Dança, Música e Teatro, linguagens que articulam saberes referentes às práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas”. As aulas de arte devem ter momentos de criação individual e de equipe. Formas de

trabalhar com atividades nas diversas áreas do conhecimento, com compreensão de temas, projetos, brincadeiras e jogos, conhecer obras de arte de vários lugares e culturas, principalmente da cultura local. Tais momentos devem levar o aluno à autonomia, fazendo dele um sujeito crítico.

Importa dizer que o aluno dos anos iniciais já traz consigo o potencial de se expressar artisticamente por meio do desenho, da pintura, da música e da dança. O contato com diferentes linguagens artísticas e materiais permite que a criança desenvolva a capacidade de observar, sentir e interpretar o mundo ao seu redor. O reconhecimento e valorização das suas produções artísticas ajuda para que construam e desenvolvam sua autonomia.

É importante que a compreensão da arte seja ampliada, saindo de apenas uma expressão subjetiva, para um olhar mais amplo e profundo sobre sua natureza, suas relações com tudo ao redor, com um modo de conhecimento que envolve percepção, imaginação e capacidade crítica. Levar os alunos para um caminho de desenvolvimento integral que provoque a criatividade e sensibilidade, transmitindo as emoções de forma não verbal, que são expressões faciais, gestos, posturas, contato visual e outros sinais. Por meio das atividades artísticas, usando a dança, o teatro, as artes visuais, a música, com cor, ruído, movimento de corpo, uma arte que permite formar e interagir conscientemente com o mundo ao seu redor, por isso a importância de preparar o professor a fim de ser o mediador das aprendizagens artísticas.

É fundamental que os alunos dos anos iniciais experimentem a arte de forma ativa, tanto na produção quanto na apreciação, embora sejam importantes para o entendimento das obras de artes. A arte também pode ser estudada sob uma perspectiva social, investigando como ela interage com a sociedade e a cultura, moldando valores e ideias. A arte desempenha um papel fundamental na formação da identidade individual e coletiva, permitindo que as pessoas se reconheçam em suas expressões artísticas e se conectem com a cultura de seu grupo social.

2.1 História e Legislação

A história das artes como disciplina no Brasil, apresenta um crescimento gradual pois evoluiu ao longo do tempo, com mudanças e transformações que ocorreram de forma progressiva, influenciadas por fatores sociais, culturais em cada período. Desde a sua inclusão como disciplina obrigatória na educação escolar, com mudanças curriculares, desafios enfrentados, o que depende das diretrizes que a regulamentam. Segundo Saviani (1983, p.

193), “a legislação constitui uma mediação entre a situação real e aquela que é proclamada como desejável, havendo a probabilidade de contradições e defasagens entre elas”. A legislação é o princípio, mas a transformação da organização escolar exige um conjunto de ações que envolvem conscientização, recursos, formação, gestão e avaliação. Assim, é importante ressaltar que as escolas têm autonomia para coordenar objetivos, identidades e propostas, através de uma gestão compartilhada, onde a comunidade escolar participa da tomada de decisões e da definição dos rumos da instituição.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que menciona a arte é a Lei nº 4.024/61, promulgada em dezembro de 1961. A arte era tratada como “atividade complementar de iniciação artística, sem obrigatoriedade curricular”. Esta lei estabeleceu as bases para a organização e o funcionamento do sistema educacional, no entanto, nem sempre essas experiências foram consideradas disciplinas essenciais no currículo escolar. Em vez disso, eram oferecidas como uma atividade opcional para introduzir os alunos no mundo da arte, mas eram incluídas no currículo regular e avaliadas como parte do desempenho da escola. Também estabeleceu a obrigatoriedade da matrícula nos quatro anos do ensino primário e a formação mínima para professores, de acordo com o nível de ensino. Além disso, a LDB permitiu o ensino experimental e o ensino religioso facultativo, mostrando um avanço em relação às leis anteriores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau nº 5.692/71 - Surge como a primeira lei que “garante a obrigatoriedade da Educação Artística” – conhecida como lei da educação da ditadura militar –, estabelece a obrigatoriedade das aulas de arte, mas não estabelece um compromisso específico do professor com o ensino de atividades de formação artística nas escolas. Esta marca um avanço na educação brasileira, no entanto, não detalhou a forma como a educação artística deveria ser implementada, não especificou a carga horária, nem os conteúdos a serem trabalhados, nem a formação adequada dos professores para lecionar essa disciplina.

Essa lei representou uma mudança significativa, pois a arte passou a ser vista como um componente essencial da formação básica dos alunos, e não mais como uma disciplina complementar ou optativa. No contexto político e social do Regime Militar, a Lei 5.692/71 desempenhou, apenas, uma função ideológica, que tinha como objetivo dar um caráter humanista ao currículo. A arte, sob esta lei, sofreu influência na sua forma de abordagem no contexto educacional, com ênfase na obrigatoriedade e na integração com outras áreas, e com um foco na formação para o trabalho. A arte nos ajuda a compreender o mundo de maneira

mais profunda, seja através da representação de diferentes culturas, épocas ou perspectivas. Ela nos permite ver o mundo com outros olhos e desenvolver nossa própria interpretação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 especifica as artes visuais, danças, música e teatro como linguagem, sendo um componente curricular obrigatório que visa garantir a diversidade cultural e o desenvolvimento artístico dos estudantes, trazendo incentivo para que o ensino de arte nas escolas abranja variedade de expressões culturais, refletindo a riqueza cultural do Brasil. Conforme LDB,

Em seu artigo 26, §2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação. No §6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o §2º deste artigo (Brasil, 1996).

A LDB acima garantiu a arte como obrigatória, mas não estava prevista para ser incluída como componente disciplinar no currículo da Educação Básica, obrigatório em todos os diferentes tipos de ensino. No texto da BNCC, as linguagens são consideradas como subcomponentes da arte, dando margem para interpretações equivocadas ao tratar do componente curricular de Arte, reconhece-se às artes visuais, dança, música e teatro como linguagens essenciais para a educação básica, porém, não distintas. A BNCC agrupa as linguagens visuais, dança, música e teatro como componentes da área de Arte,

A lei gerou uma série de equívocos, pois muitos estados e municípios, em seus concursos para a seleção de docentes de Arte, não discriminam as modalidades desse ensino, exigindo apenas que o candidato tenha uma formação em Licenciatura, em qualquer linguagem artística, com suas provas de seleção ainda produzidas, com base numa formação polivalente. O que exige que todas as artes devem ser dadas por um único professor, ou seja, com conteúdos para as diferentes linguagens artísticas, não respeitando a formação inicial do docente.

O conceito de professor polivalente, neste contexto educacional, é a preocupação de formar professores de Artes, é entendida como a capacidade de um professor abordar diferentes linguagens artísticas (artes visuais, música, dança, teatro), sendo necessário um aprofundamento em cada uma delas, pois exige do profissional uma busca constante por conhecimento e formação. Neste caso, pode causar sobrecarga e falta de especialização.

A noção de polivalência estaria associada a um sentido generalista e superficial de trato com os conteúdos curriculares denotando uma relação economicista de relação “custo benefício” sob a justificativa de se suprir o *déficit* de professores para atuarem na crescente

população escolar com ensino obrigatório estendido no período para oito anos (Cruz, Ramos e Silva, 2017, p. 119).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 13.278 de 02 de maio de 2016, promulgada pelo Senado federal,

A Lei nº 13.278 de 02 de maio de 2016, inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no ensino 0 infantil, fundamental e médio (Brasil, 2016).

Conforme a lei apresentada e aprovada no Senado, o Substitutivo da Câmara dos Deputados altera o parágrafo sexto do artigo 26 da LDB 9.394/96, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, e é referente ao ensino da Arte e dispõe que as Artes Visuais, a Música, a Dança e o Teatro são as linguagens do componente curricular do ensino da Arte obrigatório nos diversos níveis da educação básica que, trata o parágrafo do artigo 26 da referida lei. O objetivo é garantir que os alunos tenham acesso a uma variedade de expressões culturais e desenvolvam suas habilidades artísticas.

Todos os componentes, distintos, as artes visuais, a dança, a música e o teatro têm um vasto campo de atividades criativas de experiência humana de diversas formas, como: pintura, escultura, desenho, gravura, fotografia, arquitetura, cinema, música, dança, teatro, ópera, circo, poesia, prosa, drama e também instalações artísticas, performances, arte digital e outras. A diversidade de linguagens e mídias reflete a riqueza e a complexidade do mundo, permitindo que diferentes perspectivas e experiências sejam compartilhadas, promovendo a compreensão mútua e a construção de um mundo mais inclusivo e conectado.

Indicação do Conselho Estadual de Educação (CEE-MG) nº 157/2016 - O Art. 31, Inciso II da Indicação cita:

II - No Ensino Fundamental - Anos Iniciais: os portadores de diploma de: a) Curso Normal Superior; b) Licenciatura em Pedagogia; c) Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Docência nos Anos Iniciais; d) Habilitação Específica para o Magistério (HEM) e do Curso Normal de Nível Médio; e) Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do Curso, com Habilitação em Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Do 1º ao 5º ano, uma configuração se repete na maioria das disciplinas: mais de 70% dos professores possuem licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área em que dão aula. As exceções são os docentes de língua estrangeira e ensino religioso. Especificamente para os anos iniciais do ensino fundamental, a formação de licenciatura em pedagogia é aceita como adequada para todas as disciplinas, exceto língua estrangeira (Brasil, 2022, *grifo nosso*).

A indicação CEE, especificamente, refere-se a um documento emitido pelo Conselho Estadual de Educação. Esse documento fornece diretrizes e orientações para a educação básica, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo aspectos como currículo, qualificação de professores e funcionamento de instituições de ensino nas escolas estaduais da rede básica de ensino, também define as condições e qualificações para que um professor possa lecionar nas diferentes disciplinas do currículo, seja por meio de uma licenciatura específica ou por meio de uma formação superior complementada por cursos e experiências relevantes.

O papel de um regente de sala de aula envolve coordenar e monitorar alunos em várias disciplinas, incluindo artes, e isso não significa que esteja isento de precisar de treinamento específico em artes. Em resumo, o Art. 31, Inciso II da Indicação CEE nº 157/2016 permite que alunos próximos de concluir a licenciatura, que tenham estudado a disciplina por pelo menos 160 horas, possam lecionar essa disciplina, mesmo que não seja sua área de formação específica, se houver falta de professores qualificados na área. Essa medida visa garantir a continuidade do processo educacional em situações de carência de profissionais habilitados, buscando otimizar o uso dos recursos humanos disponíveis no sistema de ensino.

Segundo Arroyo (2011, p. 141), a desinformação na disciplina em que o professor se propõe a ensinar está intrinsecamente ligada à capacidade do professor de adquirir uma consciência crítica que o permita selecionar e transmitir saberes relevantes em vez da mera reprodução de conteúdos. Conforme a última versão da BNCC,

No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte (Brasil, 2018, p. 193).

No texto acima citado, a arte perde a sua dimensão de área de conhecimento específico, tornando-se subordinada à área de linguagens. A crítica se dá devido a mudança na percepção da arte, onde ela é subordinada à área de linguagens, implica em uma ênfase na sua função comunicativa e expressiva, em detrimento de sua dimensão como área de conhecimento com características próprias.

No texto da BNCC, verifica-se o foco em práticas expressivas individualizadas, com ênfase no fazer e no fruir, desconsiderando a dimensão crítica e conceitual da Arte, que é a

ideia por trás da obra, a crítica, a interpretação no contexto histórico, social e cultural. A arte não se limita à dimensão sensível, a arte vai além do que é percebido pelos sentidos (visão, audição, tato, etc.). Ela envolve também dimensões como a intelectual, a emocional e a simbólica, o que faz a ponte entre a obra de arte e o sujeito que a percebe, permitindo que a experiência artística se torne significativa e transformadora. A arte possui um conteúdo próprio, que envolve ideias, emoções e conceitos, que podem ser transmitidos e compreendidos através de diferentes formas de interpretação e análise. É necessário fazer uso de uma abordagem que explore a Arte e seu potencial educativo e cultural, explorando suas especificidades e relações com a história, a cultura e a sociedade.

2.2 Formação continuada e mercantilização

O campo da arte e da educação está em constante evolução, exigindo que os professores se mantenham atualizados sobre novas técnicas, tendências e abordagens pedagógicas, que ofereçam ferramentas e conhecimentos para que os professores aprimorem suas práticas em sala de aula, tornando as aulas mais dinâmicas e eficazes. Quando o professor demonstra conhecimento e entusiasmo pelas artes, isso pode contagiar os alunos, despertando o interesse e a criatividade deles.

A formação continuada oferece oportunidade aos professores de aplicarem diferentes metodologias de ensino, oferecendo aos alunos uma experiência mais completa. A busca de cursos presenciais ou *online*, assim como a participação em grupos de estudo e palestras, proporciona aos professores a oportunidade de trocar experiências com outros profissionais da área, aprendendo com suas vivências e desafios, levando os professores a explorar novas linguagens artísticas, como artes visuais, dança, teatro e música, ampliando o repertório cultural dos alunos e enriquecendo as atividades em sala de aula. Entende-se que cursos de qualificação, capacita o professor a enfrentar os desafios da sala de aula.

Assim sendo, professores de artes comprometidos com a qualidade do ensino, contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos e para a valorização da arte na educação. Conforme Barbosa (2008)

Os cursos de formação de professores de Arte devem encarar o desafio de propiciar a seus alunos uma imersão na linguagem artística e ao mesmo tempo uma reflexão crítica e contextual das questões relativas aos conhecimentos implicados no processo (Barbosa, 2008, p. 156).

A ideia de imersão na linguagem artística sugere um envolvimento ativo dos alunos, inclui atividades práticas como pintura, escultura, música, dança, teatro, entre outras, explorando diferentes técnicas, materiais e estilos com as diferentes formas de expressão artística, seja através da criação, da apreciação ou da análise.

Barbosa (2008), ainda cita,

Falta estímulo para que os professores de sala de aula busquem cursos de aperfeiçoamento e de especialização mais aprofundados que os cursos de curta duração que quase sempre apenas treinavam para receitas de ensinar e agora apenas treinam para os PCNs (Barbosa, 2008, p. 13).

Professores estimulados têm impacto direto no aprendizado do aluno, pois elevam a qualidade do ensino e do trabalho ao compartilhar ideias que favorecem aos colegas que enfrentam os mesmos desafios. Tal impacto é fundamental para o bom desempenho escolar. Quanto ao estímulo, pode-se citar: valorização da carreira, através de reajuste salarial, incentivos financeiros para professores com diferentes níveis de titulação, como doutorado, mestrado e especialização, concurso para professores, entre outros. Investir na motivação e no bem-estar do professor são elementos cruciais para um ambiente de aprendizagem eficaz. Ao investir na formação, no suporte e no reconhecimento dos professores, as escolas podem criar um ciclo positivo que beneficia tanto os educadores quanto os alunos.

Ao citar "receitas de ensinar", Ana Mae se refere a cursos curtos, focados em receitas de ensino, sem aprofundamento necessário, o que é um problema real na educação, ao invés de ensinar de forma integrada e contextualizada, com ênfase na construção do conhecimento do aluno, fazendo-o autônomo e protagonista, se assim não o for, os professores estarão preparando os alunos, somente para atingir resultados avaliativos, resultado de um ensino conteudista e com pouca criatividade.

A crítica de Ana Mae aos PCNs se dá quanto aos documentos onde deveriam evitar simplificações que podem empobrecer o ensino e o aprendizado da arte, aponta para uma falta de profundidade na abordagem da arte e que devem ser revistos para apoiar os professores nesse processo de reconhecer a importância da arte. A autora defende que o ensino de arte deve ser mais do que apenas uma atividade complementar, mas sim uma ferramenta para o desenvolvimento da percepção, imaginação, capacidade crítica e criatividade dos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) não estão mais em vigor como documento obrigatório, mas permanecem como documentos orientadores importantes para o currículo escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que estabelece

as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, substituindo os PCNs como referência obrigatória.

A arte baseada na abordagem triangular de Ana Mae, visa proporcionar uma experiência artística mais completa e significativa para os alunos, integrando a análise da obra, o conhecimento do contexto histórico e social em que foi produzida, e a prática criativa. Deve ser ensinada por meio da leitura prática da obra e da contextualização, que desenvolve a percepção, a imaginação, a capacidade crítica e a criatividade dos alunos. Sobre a fala de Ana Mae, sobre cursos de formação “pouco aprofundados”, pode-se citar a mercantilização do ensino, que é um grande problema do Brasil, resultado da péssima qualidade de cursos, com a contratação de professores desqualificados, conteúdos desatualizados e infraestrutura inadequada. Conforme Sampaio e Marin (2004),

No Brasil, a deterioração do trabalho escolar tem sido constante e crescente. Muitas vezes, a falta de estrutura física e a precarização de matérias não permitem ao docente executar suas atividades de forma satisfatória, causando situações indesejáveis, mal-estar, sentimento de impotência etc (Sampaio; Marin, 2004).

Nas escolas públicas são utilizados livros didáticos que são coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), na disciplina artes, abordam as quatro linguagens artísticas de forma integrada e são recursos importantes, porém é preciso que, a escolha seja através de um processo colaborativo junto aos professores, com um olhar crítico para os conteúdos, que não sejam superficiais ou inadequados para a faixa etária, para que não impeça a construção de um currículo relevante e contextualizado, que não prejudique o desenvolvimento integral dos alunos.

Essa situação, em última análise, afeta a qualidade da educação. Escolas e educadores podem ser pressionados a adotar métodos de ensino padronizados, com conteúdos prontos, o que reduz a escolha de abordagens pedagógicas, que são os diferentes métodos e estratégias, que os educadores utilizam, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. É fundamental, que os mesmos, sejam o mais adequado, que dependa do contexto da escola, das características dos alunos e dos objetivos de aprendizagem que tende a uniformizar o ensino, negligenciando as diferentes formas de aprendizagem e os estilos de cada aluno, o que é outra forma de mercantilização com editora com foco excessivo no lucro e não na eficiência, característico deste processo e podem priorizar a produção de materiais que atendam a um grande público, em detrimento da qualidade e adequação ao contexto de cada escola.

Há necessidade de analisar até que ponto há influência das políticas neoliberais na elaboração da Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Para Marrach (1996), o discurso

neoliberal, além de incentivar a diminuição da responsabilidade do Estado para com o social e a Educação, mantém um caráter meritocrático no ensino, que é a prática de reconhecer e recompensar o desempenho e esforço individual dos alunos, seja através de notas, bolsas de estudo ou outras formas de reconhecimento, está presente nas ações pedagógicas, mas também nos documentos oficiais. É possível verificá-lo, por exemplo, no texto da Base Nacional Comum Curricular, que apresenta, segundo o item nº 10, a necessidade do indivíduo de: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.” (Brasil, 2017, p. 10).

O neoliberalismo na educação transforma a escola em um espaço de formação para o mercado, com foco na eficiência, competitividade e resultados, o que pode gerar consequências negativas para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Conforme Laval (2019) em sua obra "A escola não é uma empresa" o autor faz uma crítica contundente à transformação da educação em um modelo empresarial, com ênfase na mercantilização do conhecimento, na competitividade e na busca por resultados, que compromete a função social da escola e aprofunda as desigualdades sociais. É crucial fortalecer a educação pública, lutar pela democratização das escolas e conscientizar sobre as implicações do neoliberalismo no setor educacional. Isso inclui valorizar a cultura, a arte e a linguagem como ferramentas de transformação social e autonomia, além de fomentar a participação ativa de estudantes, professores e comunidades na gestão escolar.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O relato a seguir surge durante o curso de especialização do ensino de artes visuais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa oportunidade ampliou a compreensão sobre outro contexto: a educação. Ela leva à reflexão sobre a qualidade do ensino de Arte na prática pedagógica de uma escola estadual de Minas Gerais, onde docentes sem a devida habilitação específica atuam na regência de turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. Nessa realidade, é permitido que professores ministrem a disciplina Arte sem a devida formação. Este relato é sobre o 4º ano, no qual as professoras desta série, lecionaram apenas com a Licenciatura em Pedagogia.

A proposta pedagógicas para o ensino de Arte nesta instituição, a disciplina arte, opera da seguinte forma: nas artes visuais com desenhos e figuras prontas para colorir; na dança somente com as festas juninas; na música somente nas aulas de educação física; no teatro

somente na representação de pequenas histórias que, acontecem nos momentos de acolhimento na chegada dos alunos. Esta realidade leva ao desinteresse dos alunos e à dificuldade de explorar todo o potencial criativo e crítico que a arte pode oferecer.

Os anos iniciais são um campo fértil para o aprendizado em artes pois, desenvolve a auto-expressão e atua de forma afetiva com o mundo, a falta de estímulo é uma perda para o conhecimento e percepção do que o aluno vivencia na escola. As professoras encontram dificuldades em gerir os conteúdos e têm consciência de que não conseguem proporcionar uma aula eficaz, tentam aplicar uma aula mais criativa, mas sem sucesso, recorrem ao que já conhecem: utilizam os mesmos métodos, que incluem reprodução de cópias — uma prática comum utilizada para entreter crianças.

Muitos desafios para o ensino é encontrado em sala de aula, como a falta de recursos, a desvalorização da disciplina e a necessidade de romper com concepções tradicionais, que veem o aluno como um receptor passivo do conhecimento, focado na reprodução de conteúdos, ao mesmo tempo que são avaliados pelo desempenho e participação, sem levar em conta a criatividade e a expressão individual. O despreparo deixa as professoras inseguras em sala de aula e, algumas vezes, recorrem a temas dentro dos livros de artes, que estão na biblioteca para consulta, os mesmos não são usados regularmente nas aulas de artes. As regentes fazem crítica ao uso dos livros, quanto aos conteúdos históricos ou técnicos, que aborda um contexto social e cultural de uma época, com materiais e métodos do artista, o que demanda mais informação e conhecimento, para transmitir e levar o aluno a expressão pessoal que reflita as experiências e emoções, através da obra do artista.

Entende-se que citar a história da arte no contexto nacional é essencial para entender a produção artística brasileira, suas características, influências e seu lugar no cenário artístico mundial. Ilustrações e textos de fácil compreensão e visão geral de diversos temas, sem deixar de lado, atividades para o desenvolvimento de habilidades criativas e expressivas dos alunos. Em algumas ocasiões, foi trabalhado em sala o artista plástico Dinho Bento – brasileiro, natural de Mariana, Minas Gerais, conhecido por seus murais, pinturas e desenhos–, os alunos puderam identificar o grafite deste artista nos muros do local onde moram. Ver a arte de alguém próximo, foi importante para a turma. Através desta exposição os alunos puderam expressar o desejo de pôr em prática seu próprio talento.

O planejamento é realizado com a outra professora da mesma série; entretanto, a falta de materiais acaba limitando as atividades a figuras prontas para colorir, dentro de temas variados, como Carnaval, Páscoa, Dia da família, Dia da Criança, e meio ambiente. Apesar do

trabalho em equipe, a falta de materiais diversificados restringe as possibilidades de atividades. Essa limitação pode impactar a variedade e a riqueza das experiências de aprendizagem oferecidas aos alunos, frustra o esforço das professoras em gerir as aulas de formas mais criativas.

As aulas podem ser exploradas de forma mais expressiva, com recursos audiovisuais, projetos para o meio ambiente, com recursos naturais, apresentação de teatro sobre páscoa, carnaval das regiões do Brasil e etc. Atividades com desenho, pintura, música, teatro/performance, dança que envolvam mais seus alunos com projetos temáticos com a participação de pais, oficina de artes, festival de talentos, vídeos... atividades que provoque interesse e motivação dos mesmos, em conjunto e participação dos responsáveis.

Trabalhar com outras formas de expressão, como pintura, escultura, desenho, gravura e colagem, torna-se muito difícil devido à falta de materiais alternativos e recursos do ambiente - sejam eles elementos naturais, como plantas, água ou terra, ou materiais artificiais, como luzes, sons e objetos diversos, capazes de transformar paisagens e interagir com o espaço. Como exemplo, houve uma aula sobre queimadas, realizada pela professora autora deste relato que, junto aos alunos, buscou galhos secos no quintal da escola; ao colocarem ketchup sobre eles, a atividade recebeu o nome - "A natureza chora".

É orientado pedir materiais com antecedência, mas a morosidade do atendimento se sobrepõe à persistência. As professoras são subordinadas a uma supervisão que deveria apoiar e intermediar materiais específicos, mas o único material encontrado no armário é uma caixa com poucos pinceis e tintas fora da validade.

A escola, em questão, possui material de informática, o que é maravilhoso para uma aula enriquecedora por facilitar o uso de imagens e vídeos. Como cita Gomes (2008), "a tecnologia, impulsionada pela globalização, permite que as escolas tenham acesso a obras de arte por meio de museus virtuais, algo que não seria viável sem essa evolução". A opção do museu virtual, planejada algumas vezes, como por exemplo, o Google Arts and Culture, que permite tour a museus, entre eles ao Museu Nacional. Os alunos podem contemplar, como era todo o acervo antes do incêndio no prédio, os alunos podem aproveitar sem que leve tanto tempo de aula. As professoras podem dar muito conteúdo através destas visitas online, os alunos podem explorar acervos e exposições, de forma interativa. Esta proposta está dentro do segundo eixo, da abordagem triangular de Ana Mae, que busca desenvolver o olhar crítico e a capacidade de análise do aluno, explorando suas qualidades estéticas, contextuais e pessoais. Apesar de ser uma boa ferramenta, as professoras não se mostram motivadas, para o

uso dos recursos tecnológicos de imagens e vídeos, pois precisam do auxílio logístico, como: funcionários para abrir o auditório, outro para ligar o computador ao projetor, internet, a fim de que tudo funcione bem para uma aula de 50 minutos.

A atitude de negligência é percebida pelas professoras que, devido à falta dos recursos e desvalorização da disciplina, a arte não é considerada essencial para o aprendizado dos alunos, como também passam pelo desconhecimento dos pais que não entendem o valor da arte na educação do seu filho. Sem um objetivo pedagógico claro, a aula se torna uma recreação obsoleta, distorcendo a importância da disciplina. É frustrante para regentes e alunos que ficam impedidos de conhecer um pouco de todo o universo que as Artes têm a proporcionar. Fica claro que, os processos de aprendizado estão soltos e descomprometidos com as propostas e objetivos do ensino da arte, que é de aproximar os alunos da disciplina de forma mais efetiva, contando com professores como mediadores para levarem os alunos à criação, à interpretação e à investigação do mundo das artes.

Segundo o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) ao se basear na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para as Artes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, são focados em conteúdos amplos como objetos de conhecimento em artes visuais, dança, teatro e música, dentro de contextos e práticas, elementos da linguagem, matrizes estéticas e culturais, materialidades e processos de criação. As professoras perguntam como trabalhar conteúdos, sem a devida formação para tal? A falta de apoio dos gestores e o pouco interesse para a realidade das professoras em sala de aula leva à desvalorização de competências em relação a práticas pedagógicas eficazes e ao bem-estar emocional das professoras, o que pode resultar em desmotivação. A frustração na disciplina leva a regente a direcionar atenção e esforço, para outras disciplinas, consideradas de “maior importância”, que tem seus conteúdos bem definidos no currículo.

A formação continuada é uma das respostas, porém depende de políticas públicas que possam mudar o ensino de artes no cenário escolar. Conforme o Ministério da Educação, “o objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que já estejam em exercício nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribui para a compreensão sobre a importância da relação das Artes e habilitação dos professores dos anos iniciais, onde os conteúdos devem ser ensinados com

toda a amplitude de conhecimentos que são inerentes ao universo da disciplina. A formação continuada é uma das soluções para a qualidade do ensino, porém não é a resposta para todos os problemas. Mas é uma ferramenta importante para o crescimento e o aprimoramento das práticas de ensino, especialmente no ambiente educacional. O preparo dá aos professores a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos, refletir sobre seus métodos e experimentar novas abordagens, o que pode levar a melhores resultados de ensino e aprendizagem. Alinhar o ensino de artes dentro de suas linguagens em artes visuais, música, dança e teatro, promove o desenvolvimento integral do aluno, logo, a avaliação feita ao longo do processo criativo, permite a identificação de dificuldades e ajustes na prática pedagógica.

Que este estudo possa conscientizar os gestores da educação, trazendo motivação e esforço. Que as limitações dos professores e o desconforto com o ensino da disciplina, em sala de aula, o leve à busca de ações coletivas que promovam políticas públicas que envolva a participação de diversos atores, como o governo, escolas, professores, alunos, pais e a sociedade civil. Ações abrangentes a diversas áreas, como currículo escolar, formação de professores, financiamento, infraestrutura, tecnologia, inclusão e avaliação. Seu objetivo principal é garantir que todos os cidadãos tenham acesso à educação e que essa educação seja de qualidade. O relato é finalizado com a consciência de que, o trabalho de artes, nos anos iniciais, pode ser tratado com respeito e seriedade, na obrigatoriedade de habilitação e da formação continuada dos professores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola**. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas educativas. 13 ed. Campinas: Papirus, 2011, pp. 131-164.

BARBOSA, Ana Mae . **Inquietações e mudanças no Ensino de Arte**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: [Parâmetros Curriculares Nacionais](#). Acesso em: 2 julho 2025.

BRASIL . (1971). Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971. Disponível em: [Legislação Informatizada - LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971 - Publicação Original](#). Art. 7º. Acesso em: 03 julho. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Art.26 §2º. Acesso em: 03 julho 2025.

BRASIL.Senado Federal. **Lei inclui artes visuais, dança, música e teatro no currículo da educação básica**. Sítio eletrônico. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/lei-inclui-artes-visuais-danca-musica-e-teatro-no-curriculo-da-educacao-basica#>. Acesso em: 03 julho 2025.

BRASIL. Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016. **Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm. Acesso em: 03 julho 2025.

BRASIL.**Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal. Acesso em: 04 julho 2025.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum. Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 24 julho 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Formação de Professores**. Brasília, 2018. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/rede-nacional-de-formacao-de-professores/sistema-nacional-de-formacao-de-professores>. Acesso em: 08 julho 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Indicação CEE nº 157/2016, Art.31, Inciso II**, de 14 de dezembro de 2016. Disponível em:

<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/09/deliberacao-cee-157-2016-qualificacao-para-ministrar-aulas.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CRUZ, S.P.S. Ramos, N. B. ; Silva, K. A. C. P. C. **Concepções de polivalência e professor polivalente: uma análise histórico-legal**. Revista HISTEDBR, Campinas, v. 17, n. 4, p. 1186-1204, out.-dez. 2017.

Gomes, K. B., & Nogueira, S. M. de A. (2008). **Ensino da Arte na escola pública e aspectos da política educacional: contexto e perspectivas**. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 16(61), 583–595 <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000400006>. Acesso em: 01 julho 20125.

KELNNER, Alexander, **Por dentro do museu nacional**. Google Arts & Culture, dezembro de 2018. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/project/museu-nacional-brasil?hl=pt>. Acesso em: 24 julho 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, 2004

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1983.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, p.536-545, 2020. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 19 agosto 2025.